

RECURSO ESPECIAL Nº 1.558.294 - AL (2015/0242939-7)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
RECORRENTE : JOSÉ BENEDITO DOS SANTOS
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por JOSÉ BENEDITO DOS SANTOS, fundamentado na alínea *a* do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas.

Consta nos autos que o recorrente foi pronunciado pelo crime do art. 121, II e IV, do Código Penal (e-STJ fls. 314/318).

Irresignada, a defesa interpôs recurso em sentido estrito, ao qual o Tribunal de origem negou provimento nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 361):

PENAL. PROCESSUAL PENAL. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. DECISÃO DE PRONÚNCIA. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE LINGUAGEM. INOCORRÊNCIA. UTILIZAÇÃO DE LINGUAGEM COMEDIDA E NECESSÁRIA. PEDIDO DE EXCLUSÃO DAS QUALIFICADORAS REFERENTES AO MOTIVO FÚTIL E AO RECURSO QUE DIFICULTOU A DEFESA DA VÍTIMA. NÃO ACOLHIMENTO. PRESENÇA DE DESCRIÇÃO FÁTICA INDICANDO A POSSIBILIDADE DE CARACTERIZAÇÃO DAS REFERIDAS QUALIFICADORAS. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO INCONTESTE DA INCOMPATIBILIDADE DE VERIFICAÇÃO DAS ALUDIDAS QUALIFICADORAS. MATÉRIA QUE MERECE SER LEVADA À APRECIÇÃO DO CONSELHO DE SENTENÇA. RECURSO IMPRÓVIDO PRONÚNCIA MANTIDA. PARECER DA PGJ NESSE SENTIDO. UNANIMIDADE.

Nas razões do recurso especial, o recorrente sustenta negativa de vigência ao disposto no art. 413, § 1º, do Código de Processo Penal, por excesso de linguagem na decisão de pronúncia.

Alega, a propósito, que "a decisão que pronunciou o recorrente contém

passagens capazes de confundir os jurados, fazendo pender seus juízos de valor no sentido perseguido pela acusação" (e-STJ fl. 378) e que "as expressões utilizadas são passíveis de incutir no julgador constitucionalmente competente - um cidadão leigo - um juízo de valor antecipadamente prejudicial ao réu, quebrando a paridade de armas" (e-STJ fl. 379)

Contrarrazões às e-STJ fls. 386/389.

O Ministério Público Federal opinou pelo desprovimento do recurso especial (e-STJ fls. 415/419).

É o relatório.

Decido.

A defesa requer a nulidade da decisão de pronúncia, alegando haver excesso de linguagem no referido *decisum*.

Acerca do excesso de fundamentação, assim consta da decisão de primeira instância (e-STJ fls. 314/318):

No caso em análise, a materialidade do fato ora apurado restou devidamente comprovada, consoante Auto de Exame Cadavérico de fl. 24, atestando que da ação por Instrumento contundente resultou o falecimento da vítima por traumatismo craniano-encefálico, bem pelas fotografias da cena do crime (fls.25/26).

Quanto à autoria, emergem dos autos indícios de que o Acusado praticou o fato descrito na denúncia, de forma que os depoimentos das testemunhas ouvidas na instrução criminal foram suficientes para gerar a convicção, a este Magistrado, de estarem presentes indícios de que o Réu, José Benedito dos Santos, ceifou a vida de Manoel Araújo de Lima.

Na parte final do § 1º do Art. 413 do Código de Processo Penal, a norma impõe se decida, no corpo da pronúncia, sobre qualificadoras e causas de aumento de pena que eventualmente haja.

A denúncia imputa ao acusado as qualificadora insertas nos incisos II e IV do § 2º do Art. 121 do Código Penal, em cujo teor disciplina o homicídio qualificado por motivo fútil, no primeiro caso, e por meio que torne impossível a defesa do ofendido, no segundo.

O motivo fútil é representado pela evidente desproporção entre o motivo e a reação responsável pelo evento morte.

[...]

Ao que tudo indica, o motivo do crime tem relação com a suposta dívida devida pela Vitima ao Acusado, algo a atrair a incidência da qualificadora do motivo fútil.

Demais disso, ainda se atribui ao Acusado a qualificadora que consiste na prática de crime de homicídio por meio que impossibilite a defesa da vítima.

O espírito da norma consiste, nessa parte final, em confere caráter exemplificativo às condutas anteriormente pontuadas, em pretender punir mais severamente o agente que tenha agido de modo covarde.

No caso, a vitima sofrerá golpes de barra de ferro quando estava em estado de completa embriaguez, no momento em que se encontrava com o Acusado dentro do veículo, algo que, efetivamente, veio a contribuir para que não pudesse esboçar qualquer reação defensiva, o que, certamente, atrai a capitulação da qualificadora em foco.

Assim, considerando que os indícios da autoria recaem sobre o Acusado, outra consequência não há senão levá-lo a julgamento pelo Conselho de Sentença, não cabendo, *in casu*, o instituto da impronúncia.

No ponto, o Tribunal de origem consignou o seguinte (e-STJ fls. 365/366):

Primeiramente, quanto à expressão constante no primeiro parágrafo, avalio que o Magistrado de Primeiro Grau apenas tentou explanar o entendimento doutrinário acerca da figura constante no inciso IV, § 2º, do art. 121, do CP, não tendo, em momento algum, afirmado que o Réu agiu de modo covarde, mas, tão somente, explicou que tal qualificadora tem por intenção atribuir maior gravidade a quem atua deste modo, ou seja, de forma covarde.

Assim, não constato juízo de valor apto a configurar excesso de linguagem por parte do Magistrado da causa neste ponto.

Quanto aos outros termos impugnados na decisão, cabe explicar, aqui, o contexto em que foram inseridos no *decisum*. Nesse aspecto, noto que o Juiz *a quo* passou a analisar a possibilidade de acatar a tese acusatória de que o Réu teria agido mediante recurso que dificultou ou tomou impossível a defesa do ofendido. Para tanto, por óbvio, fez referência ao conteúdo probatório carreado aos autos, expondo a suposta dinâmica do crime, meio imprescindível para a demonstração da presença de indícios da ocorrência da qualificadora.

Diante dessa análise, avalio que a intenção do Juiz de Primeiro Grau, com os termos expostos na pronúncia, foi simplesmente afastar a inoccorrência da qualificadora apresentada na denúncia, não tendo efetivamente exposto sua convicção sobre a procedência da mesma, mas apenas sobre a sua viabilidade para o fim exclusivo de submeter a sua análise pelo Conselho de Sentença, a quem realmente incumbe analisar o mérito da

questão.

Com isso, quero dizer que, apreciando a decisão impugnada, noto que o Juiz não adentrou à análise do mérito, apenas avaliou se os autos estavam aptos ao julgamento popular e, para tanto, constatou a presença de prova da materialidade do delito e a presença de indícios de autoria em relação a um fato típico.

Assim, percebo que a Autoridade Judiciária preocupou-se em apontar a possível autoria do crime, destacando indícios presentes na instrução processual, sem, contudo, demonstrar sua opinião sobre o caso em tela, ou expor qualquer argumento que pudesse influenciar os Jurados em um futuro julgamento. Sendo assim, agiu o Magistrado acertadamente, de acordo com os ditames legais (grifei).

Árdua é a tarefa do julgador ao motivar a decisão de pronúncia, pois, se excede na fundamentação, pode influir no convencimento dos jurados. Se, em contrapartida, às vezes primando por uma atuação mais cautelosa, deixa de apontar na decisão o lastro probatório mínimo que ensejou suas razões de convencimento, incide em nulidade, não por excesso de linguagem, como ocorre na primeira hipótese, mas por ausência de motivação, ante a inobservância do que preceitua o art. 93, IX, da Constituição Federal.

No caso, ao que se tem, o Juízo sumariante não avançou além dos limites que lhe são deferidos, mas apenas elencou a presença da materialidade do delito e dos indícios de autoria, referindo-se às provas constantes dos autos sem emitir qualquer juízo de certeza acerca da autoria do crime, e elencando os motivos para se submeter ao Conselho de Sentença a análise acerca das qualificadoras apresentadas na denúncia, sem interferir na competência constitucional do Tribunal do Júri.

Não se cogita, assim, de excesso de linguagem, porquanto manteve-se postura absolutamente imparcial quanto aos fatos, somente apontando, com cautela e cuidado, os elementos que justificaram a manutenção da decisão de pronúncia, remetendo o feito a julgamento pelo Tribunal do Júri, órgão constitucionalmente competente para dirimir as dúvidas e resolver a controvérsia, nos termos do art. 5º, inciso XXXVIII, "d", da CF/1988.

Agiu, portanto, em estrita observância ao que preceitua o art. 413 do Código de Processo Penal, sem que anunciasse juízo outro que não o de possibilidade,

deixando para a oportunidade própria a aferição da certeza necessária ao decreto condenatório ou absolutório, conforme o caso.

A propósito:

PENAL. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. HOMICÍDIO. SENTENÇA DE PRONÚNCIA. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE LINGUAGEM. NÃO OCORRÊNCIA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. EXISTÊNCIA DE DIVERGÊNCIA ENTRE OS DEPOIMENTOS TESTEMUNHAIS. COMPETÊNCIA CONSTITUCIONAL DO TRIBUNAL DO JURI. IN DUBIO PRO SOCIETATE. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. O Superior Tribunal de Justiça possui o entendimento firme de que, para a configuração de excesso de linguagem, é indispensável que o Juízo ou Tribunal realize exame crítico ou valorativo a respeito da prova produzida na ação penal, emitindo algum juízo de certeza a respeito da responsabilidade do acusado, o que, no caso dos autos, não ocorreu.

2. Na espécie, o Juiz sumariante limitou-se a indicar as razões pelas quais o denunciado deve ser submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri, com referência à tese de legítima defesa tão somente em razão do dever de resposta ao pedido de absolvição sumária feito pela defesa, fundamentando de forma concisa as razões de seu convencimento, nos termos do art. 413 do Código de Processo Penal.

3. Agravo regimental improvido. (AgRg no AgRg no AREsp 1.009.269/MA, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 05/10/2017, DJe 13/10/2017)

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL. NÃO CABIMENTO. HOMICÍDIO TENTADO. NULIDADE. ACÓRDÃO CONFIRMATÓRIO DA PRONÚNCIA. EXCESSO DE LINGUAGEM. INOCORRÊNCIA. AFASTAMENTO DAS TESES DEFENSIVAS COM BASE NOS ELEMENTOS INDICIÁRIOS. AUSÊNCIA DE MANIFESTAÇÃO DE JUÍZO DE CERTEZA. ART. 93, IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E ART. 413 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

I - A Terceira Seção desta Corte, seguindo entendimento firmado pela Primeira Turma do col. Pretório Excelso, firmou orientação no sentido de não admitir a impetração de habeas corpus em substituição ao recurso adequado, situação que implica o não-conhecimento da impetração, ressalvados casos

excepcionais em que, configurada flagrante ilegalidade apta a gerar constrangimento ilegal, seja possível a concessão da ordem de ofício.

II - A prolação da decisão de pronúncia exige forma lacônica e acentuatadamente comedida, sob pena do órgão julgador incorrer no vício do excesso de linguagem, extrapolando os limites desse ato decisório de modo a poder influenciar os jurados que futuramente julgarão a causa. Referida regra aplica-se, de igual modo, ao acórdão proferido pelo Tribunal de origem no julgamento do recurso em sentido estrito, quando confirma a decisão de pronúncia.

III - No presente caso, o eg. Tribunal de origem não incorreu em vício de excesso de linguagem, limitando-se a afastar, fundamentadamente e com base nos elementos indiciários, as teses apresentadas pela defesa, não emitindo juízo de certeza quanto às teses de legítima defesa, desclassificação do crime e afastamento da qualificadora do motivo torpe.

IV - Desta forma, o acórdão confirmatório da decisão de pronúncia não ultrapassou os limites impostos a este tipo de provimento jurisdicional, de modo a configurar o vício da eloquência acusatória, e, simultaneamente, atendeu aos comandos insertos no art. 413 do Código de Processo Penal e no art. 93, IX, da Constituição Federal, apresentando-se suficientemente fundamentado.

Habeas Corpus não conhecido. (HC 389.586/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 21/09/2017, DJe 11/10/2017)

PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL. FALTA DE CABIMENTO. VERIFICAÇÃO DE EVENTUAL COAÇÃO ILEGAL À LIBERDADE DE LOCOMOÇÃO. VIABILIDADE. PRONÚNCIA. TENTATIVA DE HOMICÍDIO QUALIFICADO. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE LINGUAGEM PELO TRIBUNAL E NÃO INCIDÊNCIA DA QUALIFICADORA. JULGAMENTO NO TRIBUNAL. AUSÊNCIA DE JUÍZO DE VALOR. INDÍCIOS DE MATERIALIDADE. QUALIFICADORA. ASFIXIA. LAUDO DE NATUREZA LEVE. DECLARAÇÕES DA VÍTIMA E POLICIAIS. LAUDO MÉDICO. OUTRAS PROVAS. AUSÊNCIA DE EXCESSO DE LINGUAGEM. TESE DE LEGÍTIMA DEFESA. COMPLEMENTAÇÃO AO PEDIDO DA DEFESA DE DESCLASSIFICAÇÃO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL. AUSÊNCIA.

1. O Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça, em recentes decisões, não admitem mais a utilização do habeas corpus como sucedâneo do meio processual adequado, seja o recurso, seja a revisão criminal, salvo em situações excepcionais.

2. Apesar de se ter solidificado o entendimento no sentido da impossibilidade de utilização do habeas corpus como substitutivo do recurso cabível, este Superior Tribunal analisa, com a devida atenção e caso a caso, a existência de coação manifesta à liberdade de locomoção, não tendo sido aplicado o referido entendimento de forma irrestrita, de modo a prejudicar eventual vítima de coação ilegal ou abuso de poder e convalidar ofensa à liberdade ambulatorial.

3. No presente caso, a pronúncia foi mantida no julgamento do recurso em sentido estrito, com base em fatos concretos, não tendo havido, em momento algum, a emissão de juízo de valor por parte dos julgadores.

4. Ficou expresso no acórdão recorrido que o laudo atestou natureza leve, mas que existem outros elementos no processo, como fotografias, relatório médico e declarações da própria vítima e dos policiais, para concluir pelos indícios de materialidade do crime, bem como pela inclusão, na pronúncia, da qualificadora de asfixia.

5. Também não houve excesso de linguagem, pois a tese de legítima defesa foi mencionada como um complemento ao pedido da defesa, de desclassificação do crime, por ausência de animus necandi.

6. Habeas corpus não conhecido. (HC 334.663/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 21/06/2016, DJe 01/07/2016, REVJUR vol. 465 p. 165)

Ante o exposto, **nego provimento ao recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator